



Opinião Econômica

Samuel Pessôa

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV) e sócio da consultoria Reliance, É doutor em economia pela USP



Voltamos a 2014

Lula terá que equilibrar a sociedade na negociação do conflito distributivo

Em 2013 as pessoas foram às ruas. Estava claro uma limitação do contrato social da redemocratização. Nosso contrato conseguiu melhorar a vida das pessoas. O consumo privado aumentou muito.

No entanto, nosso contrato social tem a limitação de não conseguir ofertar serviços de consumo coletivo. Como exemplos, temos infraestrutura urbana muito deficiente nos transportes públicos e na rede de saneamento básico.

A frase mais emblemática das manifestações de 2013 foi “em sociedades desenvolvidas o rico vai ao trabalho de transporte público. Em sociedades subdesenvolvidas o pobre vai ao trabalho de carro”.

As obras padrão Fifa dos está-

dios sinalizavam a possibilidade da melhora. Quando queríamos, conseguíamos padrão Fifa. Adicionalmente, explicitava o desperdício de recursos públicos e a inversão de prioridades.

Das manifestações de 2013 fomos para as eleições muito agressivas de 2014, e dessas para a nossa grande crise de 2014-2016. Apareceu um déficit fiscal estrutural do governo central em 2014 de 1,8% do PIB, que está conosco até hoje.

Para mim sempre foi claro que uma das motivações para o centrão embarcar no impedimento de Dilma foi a necessidade de liderar o ajuste fiscal. O centrão pensou: “Arrumamos o fiscal e esses caras voltam em 2018 com

uma campanha como a 2014? Vamos para o impedimento. Ficamos com o ônus do ajuste fiscal mas teremos os bônus da presidência”. Acho que foi mais ou menos isso que ocorreu.

Temer aprovou o teto dos gastos e Paulo Guedes, após o momento mais agudo da pandemia, passou o bastão para Fernando Haddad com um superávit primário estrutural da União, segundo a Instituição Fiscal Independente (IFI), de 0,2% do PIB.

Penso que a sociedade não aceitou a redução do gasto público promovida pelo ministro Paulo Guedes. A aprovação da emenda constitucional da transição, com amplo apoio do Congresso Nacional e da sociedade organizada, sugere que minha leitura está correta.

Andamos e voltamos para onde estávamos em 2014: em 2023 o déficit público estrutural do governo central foi de 1,6% do PIB,

ante 1,8% de 2014. A dívida pública cresceu: 76% do PIB agora ante 56% em 2014.

Uma inspeção visual da série da IFI de primário estrutural é claríssima: o ajuste fiscal estrutural precede ciclos de crescimento. O motivo é muito simples: uma sociedade com um déficit fiscal estrutural é uma sociedade que vive um conflito distributivo aberto. Não há consenso na sociedade, o que dificulta muito o cálculo empresarial e eleva o prêmio de risco.

A bola está com o presidente Lula. Ele tem liderança para conduzir o processo de construção de uma situação fiscal superavitária que estabilize a dívida pública.

Há um conjunto de medidas. Desde rever os indexadores do salário mínimo e do gasto mínimo constitucional em educação e saúde até uma maior tributação dos regimes tributários especiais, Simples e lucro presumido, além de continuar com a agenda de rever

as desonerações.

Por exemplo, o artigo sexto da MP 1247, que reduz inúmeras desonerações, que o Congresso devolveu ao presidente há três semanas, no mérito está correto. Com alguma regra de transição, pode ser retomado pela Fazenda na forma de um PL.

Há inúmeros outros caminhos, como pente fino no gasto público, aumentar imposto sobre a herança, instituir o imposto sobre grandes fortunas, etc. A solvência do Estado brasileiro é o mais importante.

Lula imaginava que conseguiria voar em céu de brigadeiro até 2026. A arrumação fiscal ficaria para o quarto mandato. A revisão do cenário inflacionário americano antecipou o ajuste. Terá que liderar a sociedade na negociação do conflito distributivo e, a partir dessa negociação, encontrar o caminho do crescimento sustentável.



NÓS VAMOS RECONSTRUIR JUNTOS.

O Banrisul acredita na tua força e no futuro de todos os gaúchos.

banrisul
Um banco único.
Porque te entende.



Nova Petrópolis convive com logística precária por conta de deslizamentos de terra

/INFRAESTRUTURA

Roberto Hunoff, de Caxias do Sul
economia@jornaldocomercio.com.br

Desde junho do ano passado, Nova Petrópolis convive com uma situação de logística crítica, que tem determinado uma sucessão de prejuízos ao setor econômico, sustentado principalmente pela agricultura e pelo turismo. A BR-116, principal via de ligação da cidade com Caxias do Sul e Porto Alegre,

está interditada para uso em vários pontos em razão de deslizamentos de terra, ainda em 2023, e, recentemente, com o colapso da ponte sobre o Rio Caí após enchentes, que culminou com sua implosão na semana passada.

O deslocamento para Porto Alegre pode ser considerado perto da normalidade, pois o único problema está concentrado em Picada Café, com sistema de pare e siga na BR-116. Em relação a Caxias do Sul, principal destino

da produção agrícola do município, a situação é de calamidade. O percurso de aproximadamente 35 quilômetros, que podia ser feito em pouco mais de 30 minutos, no momento pode demorar até quatro horas, com distância superior a 100 quilômetros e boa parte por estrada de chão, passando pelo interior de vários municípios.

De acordo com o secretário da Agricultura e Meio Ambiente, Guilherme Rasche Lohmann, para levar os produtos à Ceasa e feiras do Agricultor de Caxias do Sul, principal mercado da atividade, é preciso ir até Bom Princípio e, de lá, pela RS-452, dirigir-se para a Serra.

Desde ontem, surgiu uma alternativa mais vantajosa com a liberação da ponte sobre o Rio Caí, em Vale Real, na comunidade de Bananal, para todos os tipos de veículos. O equipamento passou por reconstrução da cabeceira, assim como um trecho da estrada que havia sido atingido pela enchente de duas semanas atrás.

O secretário reconhece que toda a economia está sofrendo, mas enfatiza que o produtor pade-

ce de forma especial. “Perdeu produção, equipamentos e estrutura. Calculamos o prejuízo do setor entre R\$ 15 milhões e R\$ 16 milhões”, estima. No orçamento de R\$ 120 milhões da prefeitura, a participação do setor agrícola é de 10% a 12%. Lohmann registra que as atividades olerícola e de fruticultura foram as mais atingidas.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Ari Boelter, acrescenta que, além dos problemas atuais, ainda estão por vir sequelas na próxima safra. Cita o caso das plantações de figo, uma das principais do município, que devem apresentar consequências na próxima safra.

“As plantas ficaram muito tempo submersas, inclusive em água poluída. Estamos na expectativa de ver como será a reação na primavera”, afirma. Já a citricultura perdeu a maior parte da produção, pois as frutas, em período de colheita, caíram das plantas e foram levadas pelas águas.

Boelter também alerta para problemas no segmento de laticínios, pois as pastagens para o gado, que já haviam sofrido em

setembro do ano passado e no verão de 2024, voltaram a ser afetadas. “É uma sequência preocupante de eventos climáticos que tem prejudicado o setor de forma contínua e permanente. Mesmo que o pessoal seja resiliente e duro na queda, a situação exige atenção especial dos governos sob pena de muitos desistirem da atividade”, lamenta. Argumenta que a população mais velha dificilmente deixará o interior, porém a mais jovem tende a procurar outras oportunidades. Atenta também para a situação bastante crítica das estradas do interior, que levam às propriedades rurais.

Outro segmento que sofre é o do turismo, atividade muito forte na economia local. Lideranças do setor, juntamente com a prefeitura e segmentos da região, estão mobilizadas para a construção rápida da nova ponte sobre o Rio Caí.

A ordem de início das obras já foi autorizada e a colocação da primeira fundação está programada para hoje. A nova ponte deve custar R\$ 31 milhões, com prazo de entrega estipulado para daqui a oito meses.



Equipe trabalha para a liberação da Ponte sobre o Rio Caí, em Vale Real